

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

## UNIVERSIDADE DE LISBOA

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

#### NOTA INTRODUTÓRIA

A Universidade de Lisboa resulta da fusão em 2013 das pré-existentes Universidade de Lisboa, constituída no ano de 1911 e a Universidade Técnica de Lisboa, constituída em 1930, formalmente realizada com a publicação do Decreto-Lei n.º 266-E/2012, de 31 de dezembro. É uma Universidade pública do sistema de ensino superior português, com a natureza de pessoa coletiva de direito público, regulada pelo Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), o qual consta da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro. A autonomia estatutária de que a Universidade de Lisboa goza, ficou devidamente concretizada com a homologação tutelar dos respetivos Estatutos, através do Despacho normativo n.º 5-A/2013, do Ministro da Educação e Ciência, de 19 de abril de 2013.

A Universidade é uma instituição de criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia, baseada no exercício da liberdade intelectual e no respeito pela ética académica, no reconhecimento do mérito, no estímulo à inovação e à competitividade e no compromisso com a modernização da sociedade.

A Universidade é uma pessoa coletiva de direito público que está sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência, dotada de autonomia cultural, científica, pedagógica, disciplinar, administrativa, financeira e patrimonial.

As Faculdades e Institutos constituem unidades orgânicas de ensino e investigação da Universidade.

A 31 de dezembro de 2015, as Faculdades e Institutos que gozavam de autonomia científica, pedagógica e cultural, bem como de autonomia administrativa e financeira, eram as seguintes:

- a) Faculdade de Arquitetura;
- b) Faculdade de Belas Artes;
- c) Faculdade de Ciências;
- d) Faculdade de Direito;
- e) Faculdade de Farmácia;
- f) Faculdade de Letras;
- g) Faculdade de Medicina;
- h) Faculdade de Medicina Dentária;
- i) Faculdade de Medicina Veterinária;
- j) Faculdade de Motricidade Humana;
- k) Faculdade de Psicologia;
- l) Instituto de Ciências Sociais e Políticas;
- m) Instituto de Ciências Sociais;
- n) Instituto de Educação;
- o) Instituto de Geografia e Ordenamento do Território;
- p) Instituto Superior de Agronomia;
- q) Instituto Superior de Economia e Gestão;
- r) Instituto Superior Técnico

A Universidade integra também os Serviços de Ação Social, os Serviços Partilhados, a Reitoria e o Estádio Universitário de Lisboa, que têm autonomia administrativa e financeira.

A Universidade pode constituir ou participar na constituição de outras pessoas coletivas de direito público ou privado, mediante autorização do Conselho Geral. As unidades orgânicas também podem constituir ou participar na constituição de outras pessoas coletivas de direito privado, mediante autorização do Conselho de Escola. As entidades privadas podem ter a natureza de associações, fundações ou sociedades, e destinam-se a coadjuvar a Universidade no cumprimento dos seus fins.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o Capítulo 12 do Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação (POC – Educação). As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial aí definida, sendo omissas as que não são aplicáveis ou aquelas em que a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

## I. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

### 1. ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As entidades incluídas no perímetro de consolidação de contas, assim como os respetivos métodos de consolidação utilizados, foram as seguintes:

#### Perímetro de consolidação U Lisboa 2015

Entidade	Morada	NIF	Porcentagem		Método de Consolidação	Sistema de Contabilidade
			Direta	Efetiva		
Estádio Universitário de Lisboa	Avenida Professor Egas Moniz, 1600-190 Lisboa	510 770 533	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)
Faculdade de Arquitetura	Rua Sá Nogueira - Pólo Universitário - Alto da Ajuda - 1349-055 Lisboa	502 784 083	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)
Faculdade de Belas Artes	Largo da Academia Nacional de Belas Artes, 1249-058 Lisboa	504 035 541	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)
Faculdade de Ciências	Campo Grande, Edifício C5, 1749 -016 Lisboa	502 618 418	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)
Fundação da Faculdade de Ciências	Campus da FCUL, Campo Grande, 1749-016 Lisboa	503 183 504	-	-	Simples Agregação (FCUL)	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)
ICAT - Instituto de Ciência Aplicada e Tecnologia	Campus da FCUL, Campo Grande, 1749-016 Lisboa	502 185 767	88,48%	88,48%	Consolidação Integral (FCUL)	Sistema de Normalização Contabilística
Faculdade de Direito	Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa	502 736 208	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)
Instituto de Ciências Jurídico Políticas (ICJP)	Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa	506 512 495	-	-	Simples Agregação (FDUL)	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)



LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA



Instituto de Direito do Consumo (IDC)	Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa	505 835 363	-	-	Simples Agregação (FDUL)	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)
Instituto do Direito do Trabalho (IDT)	Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa	504 992 392	-	-	Simples Agregação (FDUL)	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)
Instituto e Direito Económico Financeiro e Fiscal (IDEFF)	Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa	506 764 877	-	-	Simples Agregação (FDUL)	Sistema de Normalização Contabilística
Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais (IDPCC)	Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa	508 316 596	-	-	Simples Agregação (FDUL)	Sistema de Normalização Contabilística
Instituto Europeu (I-Europeu)	Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa	504 349 759	-	-	Simples Agregação (FDUL)	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)
Instituto da História do Direito e Pensamento Político (IHDPP)	Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa	506 822 877	-	-	Simples Agregação (FDUL)	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)
Instituto de Valores Mobiliários (IVM)	Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa	504 250 361	-	-	Simples Agregação (FDUL)	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)
Centro de Investigação de Direito Privado	Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa	513 319 425			Simples Agregação (FDUL)	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)
Faculdade de Farmácia	Av. Prof. Gama Pinto, 1649-003 Lisboa	502 659 807	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)
Ass. da Faculdade de Farmácia para a Invest. e desenv. (FARM-ID)	Av. Prof. Gama Pinto, 1649-003 Lisboa	510 582 184			Simples Agregação (FFUL)	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)
Ass. para o Desenv. do Ensino e da Inv. em Bioquímica, Fisiologia, Farmacologia e Farmocotecnia (ADEIFAR)	Av. Prof. Gama Pinto, 1649-003 Lisboa	502 469 030	-	-	Simples Agregação (FFUL)	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

Associação para o Desenvolvimento do Ensino e Investigação da Microbiologia (ADEIM)	Av. das Forças Armadas, 1600-083 Lisboa	502 338 733	-	-	Simples Agregação (FFUL)	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)
Faculdade de Letras	Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa	502 657 456	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)
Associação para o Desenvolvimento da Faculdade de Letras (ADFLUL)	Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa	506 305 252	-	-	Simples Agregação (FLUL)	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)
Faculdade de Medicina	Av. Professor Egas Moniz, 1649-028 Lisboa	502662875	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)
Instituto de Medicina Molecular	Edif. Egas Moniz, Av. Professor Egas Moniz, 1649-028 Lisboa	506 134 466	-	-	Simples Agregação (FMUL)	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)
Associação para Investigação e Desenvolvimento da Faculdade de Medicina (AIDFM)	Av. Professor Egas Moniz, 1600-190 Lisboa	503 218 111	-	-	Simples Agregação (FMUL)	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)
Faculdade de Medicina Dentária	Cidade Universitária, 1649-003 Lisboa	503 013 366	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)
Faculdade de Medicina Veterinária	Av. da Universidade Técnica - Pólo da Ajuda, 1300-477 Lisboa	502 286 326	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)
Faculdade de Motricidade Humana	Estrada da Costa, 1495-688 Cruz Quebrada	501 621 288	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)
Faculdade de Psicologia	Alameda da Universidade, 1649-013 Lisboa	600 083 861	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)
Instituto de Ciências Sociais	Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa	506 101 347	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)



LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA



Instituto de Educação	Alameda da Universidade, 1649-013 Lisboa	600 083 853	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território	Avenida Prof. Gama Pinto, 1649-003 Lisboa	508 955 645	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)
Instituto Superior de Agronomia	Tapada da Ajuda, 1349-017 Lisboa	505 869 721	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)
ADISA	Tapada da Ajuda, 1349-017 Lisboa	502 810 149	-	-	Simples Agregação (ISA)	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)
INOVISA	Tapada da Ajuda, 1349-017 Lisboa	507 326 334	39,06%	78,12%	Consolidação Integral (ISA;ADISA)	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)
CENTROP	Tapada da Ajuda, 1349-017 Lisboa	506 806 111	-	-	Simples Agregação	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)
Instituto Superior Técnico	Av. Rovisco Pais, 1, 1049-001 Lisboa	501 507 930	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de Setembro)
IST-ID	Av. Rovisco Pais, 1, 1049-001 Lisboa	509 830 072	50,00%	-	Equivalência Patrimonial (IST)	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)
INESC	Rua Alves Redol, n.º 9, 1000-029 LISBOA	505 432 978	33,00%	-	Equivalência Patrimonial (IST)	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)
INESC-ID	Rua Alves Redol, n.º 9, 1000-029 LISBOA	504 547 593	51,00%	-	Equivalência Patrimonial (IST)	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	Rua Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa	600 019 152	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)

Instituto Superior de Economia e Gestão	Rua do Quelhas, n.º 6, 1200-781 Lisboa	502 488 603	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)
Serviços de Ação Social	Rua da Junqueira, 86, 1349-025 Lisboa	510 762 980	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)
Serviços Partilhados	Alameda da Universidade, 1649-004 Lisboa	510 770 509	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)
Universidade de Lisboa - Reitoria	Alameda da Universidade, 1604-004 Lisboa	510 739 024	-	-	Simples Agregação	POC Educação (Portaria nº 794/2000 de 20 de setembro)
Gabinete de Apoio da Universidade Técnica de Lisboa (GAPTEC)	Alameda Santo António dos Capuchos, nº 1, 1169-047 Lisboa	501 418 024	-	-	Simples Agregação	Sistema de Normalização Contabilística

A Universidade optou pelo sistema de consolidação em cascata. Assim, as entidades que tenham controlo sobre outras entidades consolidam primeiro entre elas. Neste primeiro nível de consolidação encontram-se os seguintes sub-grupos:

- A Faculdade de Ciências (FCUL) que consolida com a Fundação da Faculdade de Ciências (FFCUL);
- A Faculdade de Direito (FDUL) que consolida com Instituto de Ciências Jurídico Políticas (ICJP), Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal (IDEFF), Instituto de Direito do Consumo (IDC), Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais (IDPCC), Instituto de Valores Mobiliários (IVM), Instituto Europeu (I. Europeu), Instituto do Direito do Trabalho (IDT), Instituto da História do Direito do Pensamento Político (IHPPP) e Centro de Investigação de Direito Privado;
- A Faculdade de Farmácia (FFUL) que consolida com a Associação para o Desenvolvimento do Ensino e da Investigação em Bioquímica, Fisiologia, Farmacologia e Farmacotecnia (ADEIFAR), com a Associação para o Desenvolvimento do Ensino e Investigação da Microbiologia (ADEIM) e com a Associação da Faculdade de Farmácia para a Investigação e desenvolvimento (FARM-ID);



LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA



- A Faculdade de Letras (FLUL) que consolida com a Associação para o Desenvolvimento da Faculdade de Letras (ADFLUL);
- A Faculdade de Medicina (FMUL) que consolida com o Instituto de Medicina Molecular (IMM) e com a Associação para Investigação e Desenvolvimento da Faculdade de Medicina (AIDFM);
- O Instituto Superior Técnico (IST) que consolida com o INESC – Instituto de Engenharia de sistemas e Computação (INESC), com o Instituto de engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa (INESC-ID) e com a Associação do Instituto superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento (IST-ID);
- O Instituto Superior de Agronomia (ISA) que consolida com a Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior de Agronomia (ADISA), com o Centro de Estudos Tropicais para o Desenvolvimento (CENTROP) e com a Associação para a Inovação e Desenvolvimento Empresarial (INOVISA).
- A Universidade de Lisboa que consolida com o Gabinete de Apoio da Universidade Técnica de Lisboa (GAPTEC).

## II. INFORMAÇÕES RELATIVAS Á IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

No ano de 2015 houve Unidades Orgânicas que alteraram a política de reconhecimento da dívida das propinas de alunos, passando a mesma a ser integralmente reconhecida no ato de inscrição. Essa situação origina que as rubricas de Alunos e Proveitos Diferidos – Propinas, não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Foram incluídas em 2015 no perímetro de consolidação mais duas entidades privadas

- Centro de Investigação de Direito Privado;
- Associação da Faculdade de Farmácia para a Investigação e desenvolvimento (FARM-ID);

As demonstrações financeiras do Instituto Europeu só foram enviadas após a elaboração da consolidação, pelo que não foram consideradas.

As demonstrações financeiras da INOVISA e da ADEIFAR ainda não foram enviadas pelas entidades.

O ICAT conforme escritura pública foi declarado extinto e o seu património integrado na Faculdade de Ciências à data de 1 de julho de 2015

A 01 de agosto de 2015, com a publicação do Decreto-Lei nº 141/2013, de 31 de julho, o Instituto de Investigação Científica e Tropical foi extinto por fusão e integrado na Universidade de Lisboa, procedendo à integração da sua missão, atribuições, património e dos recursos humanos.

Considerando os pontos anteriores as Demonstrações Financeiras não são comparáveis em todos os aspetos com as do exercício anterior.

## III. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

### 11. HOMOGENEIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A Reitoria, os Serviços de Ação Social, os Serviços Partilhados, as Faculdades e os Institutos que integram a ULisboa utilizam o POC – Educação.

Porém, existem diversas entidades de direito privado, incluídas no perímetro de consolidação, que utilizam o SNC – Sistema de Normalização Contabilística (Empresas), concretamente:



LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA



- Fundação da Faculdade de Ciências (FFCUL);
- Instituto de Ciência Aplicada e Tecnologia (ICAT);
- Instituto de Ciências Jurídico Políticas (ICJP);
- Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal (IDEFF);
- Instituto de Direito do Consumo (IDC);
- Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais (IDPCC);
- Instituto de Valores Mobiliários (IVM);
- Instituto Europeu (I. Europeu);
- Instituto do Direito do Trabalho (IDT);
- Instituto da História do Direito do Pensamento Político (IHDPP);
- Centro de Investigação de Direito Privado
- Associação para o Desenvolvimento do Ensino e da Investigação em Bioquímica, Fisiologia, Farmacologia e Farmocotecnia (ADEIFAR);
- Associação para o Desenvolvimento do Ensino e Investigação da Microbiologia (ADEIM);
- Associação da Faculdade de Farmácia para a Investigação e desenvolvimento (FARM-ID);
- Associação para o Desenvolvimento da Faculdade de Letras (ADFLUL);
- Instituto de Medicina Molecular (IMM);
- Associação para Investigação e Desenvolvimento da Faculdade de Medicina (AIDFM);
- Instituto de Engenharia de sistemas e Computação (INESC);
- Instituto de engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa (INESC-ID);
- Associação do Instituto superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento (IST-ID);

- Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior de Agronomia (ADISA);
- Centro de Estudos Tropicais para o Desenvolvimento (CENTROP);
- Associação para a Inovação e Desenvolvimento Empresarial (INOVISA);
- Gabinete de Apoio da Universidade Técnica de Lisboa (GAPTEC)

O SNC é o novo referencial contabilístico para o setor privado, implementado em 2010, que revoga e substitui o anterior Plano Oficial de Contas (POC) empresarial.

Assim, para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas, houve necessidade de proceder à reclassificação de diversas contas do SNC (Empresas) para o POC – Educação, com os critérios que a seguir se descrevem:

SNC (Empresas)	POC - Educação
219 Perdas por imparidade acumuladas	291 Provisões para cobranças duvidosas
23 Pessoal	262 Pessoal
2511 Empréstimos bancários	23 Empréstimos obtidos
2513 Locações financeiras	2613 Fornecedores de <i>leasing</i>
271 Fornecedores de investimento	2611 Fornecedores de imobilizado
2721 Devedores por acréscimos de rendimentos	271 Acréscimos de proveitos
2722 Credores por acréscimos de gastos	273 Acréscimos de custos
278 Outros devedores e credores	268 Devedores e credores diversos
281 Gastos a reconhecer	272 Custos diferidos
282 Rendimentos a reconhecer	274 Proveitos diferidos (excepto 2745)
29 Provisões	292 Provisões para riscos e encargos
33 Matérias primas, subsidiárias e de consumo	36 Matérias primas, subsidiárias e de consumo
43 Ativos fixos tangíveis	42 Imobilizado corpóreo
44 Ativos intangíveis (excepto 443)	43 Imobilizado incorpóreo
443 Programas de computador	4261 - Equipamento e material informático
45 Investimentos em curso	44 Imobilizado em curso
51 Capital	51 Património
55 Reservas (legais e outras)	57 Reservas (excepto 576)
56 Resultados transitados	59 Resultados transitados
593 Subsídios	2745 Proveitos diferidos - subsídios ao investimento
594 Doações	576 Doações
63 Gastos com pessoal	64 Custos com pessoal
64 Gastos de depreciação e amortização	66 Amortizações do exercício
65 Perdas por imparidade	67 Provisões do exercício (excepto 672)
67 Provisões do exercício	672 Provisões para riscos e encargos
681 Impostos	651 Impostos e taxas
683 Dívidas incobráveis	692 Dívidas incobráveis
6881 Correções relativas a períodos anteriores	697 Correções relativas a exercícios anteriores
6882 Donativos	691 Transferências de capital concedidas
6886 Custos com bolseiros (FFCUL)	631 Transferências correntes concedidas
6888 Outros não especificados	698 Outros custos extraordinários
69 Gastos e perdas de financiamentos	68 Custos e perdas financeiras
71 Vendas	711 Vendas
72 Prestações de serviços	712 Prestações de serviços
75 Subsídios à exploração	743 Subsídios correntes obtidos
761 Reversões de depreciações e amortizações	7961 Redução de amortizações
762 Reversões de perdas por imparidade	7962 Redução de provisões
771 Ganhos por aumento de justo valor em instrumentos financeiros	7813 Proveitos e ganhos financeiros de outras aplic. financeiras
781 Rendimentos suplementares	73 Proveitos suplementares
7851 Rend. e ganhos em subsidiárias - aplic. do método de equival. patrimonial	782 Ganhos em entidades e subentidades
7881 Correções relativas a períodos anteriores	797 Correções relativas a exercícios anteriores
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	78 Proveitos e ganhos financeiros
812 Imposto sobre o rendimento do exercício	651 Impostos e taxas

## V. INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 18. CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Universidade de Lisboa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e definidos no POC – Educação. Foram adotados os seguintes procedimentos prévios de consolidação:

- Identificação do perímetro de consolidação;
- Identificação dos métodos de consolidação a aplicar;
- Homogeneização da informação (planos de contas, políticas contabilísticas e critérios valorimétricos);
- Agregação dos dados;
- Eliminação de saldos inter-grupo e de operações internas;
- Reclassificações e ajustamentos que melhorem a qualidade da informação;
- Preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

As entidades incluídas no perímetro da consolidação aplicaram os seguintes métodos de consolidação: o método da consolidação integral (ICAT e INOVISA); o método de equivalência patrimonial (IST-ID, ADIST) e o método da simples agregação (restantes entidades).

O método de consolidação integral aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público detenha uma participação financeira noutra entidade que lhe confira controlo maioritário. Existe controlo quando a entidade, em função dos seus direitos de voto, tenha o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais da entidade participada. Neste caso, as demonstrações financeiras da entidade participada são integradas pela totalidade, evidenciando contudo os direitos de terceiros, designados por interesses minoritários.

O método da simples agregação aplica-se quando não exista participação financeira e estejamos em presença de um grupo público formado por um conjunto de entidades relacionadas. Consiste na simples agregação, item a item, da totalidade dos elementos que compõem o ativo, passivo, fundos próprios, custos, proveitos e resultados dessas entidades.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

#### Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que estão disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre 3 e 50 anos (no caso específico do direito de superfície sobre prédios e equipamentos municipais ligados ao Caleidoscópio).

As diferenças de consolidação resultam da aplicação do método de consolidação integral. Correspondem à diferença resultante da compensação entre os valores das participações financeiras detidas e a proporção que representam nos capitais próprios das entidades participadas. Esta compensação faz-se com base nos respetivos valores contabilísticos, à data em que tais entidades entrem pela primeira vez na consolidação. As diferenças de consolidação são amortizadas por um período de 5 anos.

#### Imobilizações corpóreas

*Terrenos e recursos naturais, edifícios e outras construções, e imobilizado em curso:*

Em finais de 2004, o património imobiliário foi avaliado por peritos independentes, tendo por base as seguintes metodologias:

- Terrenos: por comparação com referência de mercado;
- Edifícios: custo de reposição amortizado.

*Equipamento básico, equipamento de transporte, ferramentas e utensílios, equipamento administrativo e outras imobilizações corpóreas:*

Com exceção dos imóveis, as restantes imobilizações corpóreas encontram-se valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas, exceto nos casos em que não tenha sido possível determinar tal custo. Nestes casos, os bens encontram-se valorizados de acordo com os métodos previstos na Portaria n.º 794/2000, de 20 de setembro, nomeadamente, pelo método de valor de mercado.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, com início no mês em que o bem inicia a sua utilização, sendo contabilizadas por débito na demonstração de resultados de cada exercício.

As taxas de amortização aplicadas são as que constam no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado. As taxas de amortização decorrem das seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	8 a 150
Equipamento básico	2 a 8
Equipamento de transporte	4 a 6
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras imobilizações corpóreas	4 a 10

A amortização dos edifícios objeto de avaliação é efetuada ao longo da vida útil remanescente, foi estimada pelos avaliadores independentes.

Os custos de manutenção e reparação que não aumentam os benefícios económicos e/ou a vida útil dos bens de imobilizado são registados como custos do exercício em que ocorrem.

Os custos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo, sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

O imobilizado em curso corresponde aos ativos que estão em fase de construção ou montagem, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos só são amortizados a partir do momento em que se encontrem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos bens de imobilizado são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o seu valor líquido contabilístico, sendo registadas na demonstração dos resultados como ganhos ou perdas em imobilizações.

### Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em partes de capital encontram-se valorizados pelo custo de aquisição ou pelo método da equivalência patrimonial. Neste último caso, se a entidade exercer influência significativa sobre a gestão e políticas financeiras da entidade participada.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente, de forma a corresponderem à proporção detida nos capitais próprios da entidade associada.

Os restantes investimentos financeiros foram valorizados ao custo de aquisição.

São constituídas provisões caso se verifiquem perdas de valor consideradas permanentes.

A aplicação do Método de Equivalência Patrimonial para valorização das participações financeiras diretamente detidas pela Reitoria da Universidade de Lisboa foi efetuada com base nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2015.

### Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Utiliza-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

### Dívidas de alunos

No início de cada ano letivo, a dívida dos alunos, correspondente à propina anual, é integralmente reconhecida no ativo no momento da inscrição.

## Provisões

### *Provisão para cobranças duvidosas:*

As provisões para cobranças duvidosas são constituídas mediante a análise da antiguidade das dívidas de clientes, tendo por base a avaliação do risco individual de cada devedor, face às informações disponíveis no final do exercício. Em regra, a constituição de provisões para cobrança duvidosa é efetuada de acordo com a política descrita no ponto 2.7 do POC – Educação. São constituídas para os créditos, que não do Estado (sentido lato), em mora há mais de 12 meses desde a data do respetivo vencimento e para os quais existam diligências para o seu recebimento.

Relativamente às dívidas dos alunos, são constituídas provisões para as dívidas que estejam em mora há mais de 24 meses.

Quer se trate de dívidas de clientes, quer de alunos, a taxa de provisão considerada é de 100%.

### *Provisão para outros riscos e encargos:*

As provisões são reconhecidas apenas quando exista uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, quando seja provável uma saída de recursos para a sua resolução e quando o montante dessa obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

## Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes custos e perdas e proveitos e ganhos são registados nas rubricas de “Acréscimos e diferimentos”.

O reconhecimento de proveitos associados às vendas e prestação de serviços e às propinas obedece aos seguintes critérios:

- Vendas e prestação de serviços: de um modo geral, o reconhecimento do proveito ocorre no momento de emissão do respetivo documento suporte, podendo ser ajustado no final do exercício para cumprimento do princípio da especialização dos exercícios;
- Propinas: o reconhecimento do proveito ocorre ao longo do ano letivo. Como este envolve dois anos civis, e para efeitos de especialização das propinas, os proveitos de um exercício englobam os 8 meses (janeiro a agosto) de um ano letivo e os 4 meses (setembro a dezembro) do ano letivo seguinte.

#### Financiamento de despesas correntes e de despesas de capital

Os montantes recebidos destinados a financiar despesas correntes são registados como proveito do exercício (subsídios correntes obtidos), na parte correspondente aos custos incorridos durante o exercício, independentemente do momento do recebimento dos mesmos. Registam-se no ativo (acréscimos de proveitos), os valores a receber por conta de despesas já incorridas, e no passivo (proveitos diferidos), os adiantamentos.

Os subsídios recebidos para financiar despesas de capital são diferidos no Balanço na rubrica de “Proveitos diferidos”, sendo transferidos para proveitos, através da rubrica de “Proveitos e ganhos extraordinários”, em proporção idêntica aos encargos anuais com a amortização dos bens subsidiados.

#### Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Quando existam, as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

## VI. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

### 22. MOVIMENTO DO ATIVO IMOBILIZADO E DAS RESPETIVAS AMORTIZAÇÕES

Em 2015, o movimento ocorrido no valor dos bens de domínio público, imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, foi o seguinte:

Rubricas	ATIVO IMOBILIZADO					Saldo Final 31.12.2015
	Saldo Inicial 31.12.2015	Regularizações	Aumentos	Alienações e Abates	Transf.	
<b>Bens de domínio público:</b>						
Terrenos e recursos naturais			-	-	-	-
Edifícios e outras construções	331.170			-	-	331.170
Outras construções e infra-estruturas				-	-	-
	331.170					331.170
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
Despesas de instalação			-	-	-	-
Despesas de investigação e de desenvolvimento	93.214	133.918	2.400	-	73.302	302.834
Propriedade industrial e outros direitos	949.222	(1.263.197)	756.612	-	-	442.637
Outras imobilizações incorpóreas	-		-	-	-	-
Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	173.548			-	-	173.548
Diferenças de consolidação	724.646	(724.646)		-	-	-
	1.940.631	(1.853.925)	759.012	-	73.302	919.019
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
Terrenos e recursos naturais	620.128.842	-	5.470.615	0	-	625.599.457
Edifícios e outras construções	540.618.931	24.274	22.550.879	(5.703)	1.296.731	564.485.112
Equipamento e material básico	136.859.795	(88.494)	6.429.998	(114.098)	(80.910)	143.006.291
Equipamento de transporte	901.300	(15.765)	250.176	(22.346)	-	1.113.365
Ferramentas e utensílios	2.050.240	(6.751)	103.480	(3.004)	15	2.143.980
Equipamento administrativo	69.830.916	259.199	5.008.416	(908.832)	212.545	74.402.244
Taras e vasilhame	239	-	-	-	-	239
Livros		321.303	16.419	-	-	337.722
Outras imobilizações corpóreas	37.012.072	(224.683)	688.089	(93.514)	131.348	37.513.312
Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	4.468.171	578.312	7.563.109	(1.606.464)	(1.633.031)	9.370.097
Imobilizado em recepção		4.570	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	121.443	(121.443)		-	-	-
	1.411.991.948	730.522	48.081.181	(2.753.961)	(73.302)	1.457.971.819
<b>Investimentos financeiros:</b>						
Partes de capital	18.404.305	(569.090)	19.934	-	-	17.855.149
Obrigações e títulos de participação	4.171.115	(25.917)	39.569	(4.775)	-	4.179.992
Outras aplicações financeiras	37.834	34	48.775	-	-	86.643
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	121.724	(121.724)		-	-	-
	22.734.977	(716.697)	108.278	(4.775)	-	22.121.784
<b>Totais</b>	<b>1.436.998.727</b>	<b>(1.840.100)</b>	<b>48.948.471</b>	<b>(2.758.736)</b>	<b>-</b>	<b>1.481.343.792</b>

O aumento significativo registado na rubrica de “Terrenos e recursos naturais” e na rubrica “Edifícios e outras construções” deve-se ao essencialmente ao reconhecimento do Pavilhão de Portugal e da Pala Cerimonial. De acordo com o Decreto-lei 14172015, de 31 de julho, a transferência para a ULisboa, do

«Pavilhão de Portugal» e da respetiva «Pala Cerimonial», mediante desafetação do domínio público hídrico da parcela da margem na qual se encontravam parcialmente implantados, visa conferir um uso compatível com a finalidade de interesse público destes edifícios e com a sua classificação como património cultural, em consonância com as suas características e equipamentos e com a sua vocação de espaço de referência, cuja estética e singularidade constituem aspetos essenciais a preservar e a potenciar. Este objetivo é assegurado através de um protocolo a celebrar com a ULisboa, prevendo a realização de exposições de divulgação e promoção do conhecimento nos domínios da energia e ambiente, das cidades e arquitetura e da lusofonia.

Os terrenos do campus da Cidade Universitária estão relevados no Balanço da Reitoria, não tendo os mesmos ainda sido cedidos às respetivas UO.

A propriedade formal dos edifícios da Reitoria está em conformidade com o Decreto-Lei n.º 266-E/2012, de 31 de dezembro, que procede à fusão da Universidade de Lisboa com a Universidade Técnica de Lisboa.

O processo de regularização jurídica do património imobiliário da Universidade de Lisboa encontra-se ainda em curso.

Em 2015 foi iniciado um trabalho de levantamento por parte da Reitoria (que foi o dono de obra da maioria dos edifícios da UL) a fim de avaliar se houve financiamentos ao investimento para as respetivas construções, situação que poderá a vir a afetar os Fundos Próprios, por contrapartida de Proveitos Diferidos. Estima-se ter o levantamento terminado e reconhecido nas contas da ULisboa no ano de 2016.

O aumento verificado nas restantes rubricas de Imobilizado deve-se às aquisições efetuadas no exercício de 2015 e ainda à integração dos bens do IICT no valor total bruto de 1.480.467,16 euros.

As regularizações ocorridas ao nível quer do imobilizado bruto quer ao nível das amortizações devem-se a alterações do perímetro e à integração do ICAT.

Com a integração do ICAT na Faculdade de Ciências deixou de existir o direito de superfície que estava reconhecido no ICAT como “Propriedade industrial bem como as diferenças de consolidação

A rubrica “Partes de capital” contém valores de 6 unidades, destacando-se o Instituto Superior Técnico que detém 17.325.000 euros em participações em entidades associadas (valor com ajustamento pelo MEP).

Por seu lado, o movimento verificado nas amortizações e provisões dos bens de domínio público, imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, foi o seguinte:

Rubricas	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES					Saldo Final 31.12.2015
	Saldo Final 31.12.2014	Regularizações	Reforços	Alienações e Abates	Transf.	
<b>Bens de domínio público:</b>						
Terrenos e recursos naturais		-	-	-		0
Edifícios e outras construções	5.501	-	2.332	-		7.833
Outras construções e infra-estruturas		-	-	-		0
	5.501	-	2.332	-	-	7.833
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e de desenvolvimento	85.466	135.357	5.331	-	214	226.368
Propriedade industrial e outros direitos	372.097	(79.594)	72.687	-		365.190
Outras imobilizações incorpóreas						
Diferenças de consolidação	724.646	(724.646)	-	-		0
	1.182.209	(668.883)	78.018	-	214	591.558
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
Terrenos e recursos naturais	286.795	-	28.680	-	-	315.475
Edifícios e outras construções	187.558.409	(1.158.480)	7.560.969	5.703	102	193.966.703
Equipamento e material básico	116.582.015	428.005	7.123.319	(393.457)	(34.957)	123.704.925
Equipamento de transporte	835.888	11.199	39.734	(22.346)	-	864.475
Ferramentas e utensílios	1.842.019	(2.112)	84.759	(3.002)	10	1.921.674
Equipamento administrativo	63.752.911	1.162.453	3.003.628	(797.264)	(117.210)	67.004.518
Taras e vasilhame	239	-	-	-	-	239
Livros		321.303	8.356	-	-	329.659
Outras imobilizações corpóreas	33.940.683	(318.372)	967.817	(48.648)	151.841	34.693.321
	404.798.959	443.996	18.817.262	(1.259.014)	(214)	422.800.989
<b>Investimentos financeiros:</b>						
Partes de capital	22.303	-	-	-		22.303
	22.303	-	-	-		22.303
<b>Totais</b>	<b>406.008.971</b>	<b>(224.887)</b>	<b>18.897.612</b>	<b>(1.259.014)</b>	<b>-</b>	<b>423.422.683</b>

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica de “Imobilizado em curso” (incorpóreo e corpóreo), incluía as seguintes obras:

Imobilizações em curso	2015	2014
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>		
Reabilitação dos prédios e equipamentos do Caleidoscópio (FUL)	173.548	173.548
	<u>173.548</u>	<u>173.548</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>		
Desenvolvimento de software para consolidação orçamental	19.492	19.492
Museus da UL	99.495	99.495
Edifício do IBCP	3.562.281	2.096.015
Plano de pormenor da UL	77.130	77.130
Novo Edifício do IOP	870.754	458.105
Projeto Conservação da F.Medicina Dentária		174.883
Remodelação Teatro Anatómico da FMUL	7.410	7.410
Empreitada de reabilitação de espaços no Centro de Medicina Desportiva da UL	155.831	
Sistema integrado de gestão financeira e de recursos humanos para a ULISBOA	1.189.953	
Implementação e Manutenção do sistema de gestão académica FenixEdu - Balcão Único (na Reitoria e em 14 unidades Orgânicas)	1.365.792	
Empreitada de execução de trabalhos de conservação nos edifícios do EUL	3.331	14.913
Remodelação de várias salas e anfiteatros na Faculdade de Direito	51.738	26.591
Ampliação da Biblioteca da Faculdade de Direito	169.750	169.750
Reparação da cobertura de salas no ISA	102.033	40.241
Activos em fase de construção ou montagem no IST	559.085	628.675
Obras em curso no ISEG	707.324	250.736
Obras em curso FA	261.500	242.434
Implementação de um sistema de gestão de identidades para a Universidade de Lisboa		116.825
Obras em curso na AIDFM	167.198	45.474
	<u>9.370.097</u>	<u>4.468.171</u>

### Imobilizações em curso – Imobilizações incorpóreas

De salientar que o saldo de 173.548 euros, referente à reabilitação dos prédios e equipamentos do Caleidoscópio, respeita a “Imobilizações incorpóreas em curso”, por estar relacionado com o direito de superfície sobre prédios e equipamentos municipais ligados ao Caleidoscópio.

### Imobilizações em curso – Imobilizações corpóreas

De referir que, o valor mais expressivo da carteira de obras em curso, a obra do Edifício Câmara Pestana que praticamente não evoluiu em 2013, viu em 2014 o retomar da empreitada que estava parada. Tal situação deveu-se a dificuldades financeiras por parte do empreiteiro desta obra que, em 2013, acabou mesmo por entrar em processo de insolvência e deixou de ter condições para continuar a obra. Em consequência disso, em 2013, a Universidade viu-se obrigada a executar as garantias bancárias que detinha. Em 2014, após novo concurso público, a Universidade de Lisboa adjudicou a uma nova empresa a conclusão da empreitada. Lamentavelmente esta empresa iniciou um processo de insolvência e a obra está de novo interrompida, esperando-se que possa vir a ser concluída em 2017, após nova adjudicação.

## 28. DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo ascendem a 876.967 euros. Este valor respeita a dívidas da FC a fornecedores de leasing, no montante de 31.978 euros, a dívidas do IMM, no montante de 843.089 euros, dos quais 140.000 euros são dívidas a credores diversos e 703.089 euros correspondem a outras contas a pagar – ajustamentos a subsídios, o restante no montante de 1.900 euros corresponde e a dívidas do IDC a credores diversos.

## 29. DÍVIDAS COBERTAS GARANTIAS REAIS

A 31 de dezembro de 2015 o Instituto Superior Técnico tinha as seguintes responsabilidades:

tipo de garantia	Saldo Inicial 01.01.2015	Concedidas no ano	Canceladas no ano	Saldo Final 31.12.2015
Avais internos				-
Avais externos				-
Garantias reais				-
Outras garantias	64.698,58			64.698,58
<b>Total</b>	<b>64.698,58</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>64.698,58</b>

### 31. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE

Os valores a 31 de dezembro de 2015 e 2014 de “Vendas e prestações de serviços” foram analisadas a partir da seguinte classificação:

	2015	2014
<b>Vendas:</b>		
Fotocópias, impressos e publicações	248.158	394.565
Cadernos de encargos	85	50
Outros bens	377.033	228.402
Refeições	1.298.489	1.657.040
Devolução de vendas	-	(136.582)
	<b>1.923.765</b>	<b>2.143.474</b>
<b>Prestação de serviços:</b>		
Serviços de alimentação e de alojamento	1.047.525	960.516
Realização de estudos / Serv Prestados exterior	14.440.959	13.224.889
Assistência técnica	19.914	68.789
Serviços de saúde	1.057.651	1.766.013
Serviços de parques	44.682	44.015
Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e Desporto	1.992.364	1.949.228
Serviços de Laboratório	1.666.720	2.105.085
Acções de formação, seminários e outros	3.543.679	3.029.340
Entradas em Museus (RUL)	514.176	436.303
	<b>24.327.670</b>	<b>23.584.178</b>
<b>Totais</b>	<b>26.251.435</b>	<b>25.727.652</b>

### 39. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2015 e 2014 os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Código das contas	Rubrica	2015	2014	VAR
Custos e perdas:				
681	Juros suportados	2.762	33.719	(30.957)
682	Perdas em entidades filiais e associadas	63.963	358	63.605
683	Amortizações de investimentos em imóveis	-	-	-
684	Provisões para aplicações financeiras	-	779	(779)
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	21.706	5.676	16.030
686	Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-	-
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	-	-	-
688	Outros custos e perdas financeiros	237.650	257.622	(19.972)
	Resultados financeiros	141.174	506.751	(365.577)
		<u>467.255</u>	<u>804.905</u>	<u>(337.650)</u>
Proveitos e ganhos:				
781	Juros obtidos	258.770	399.538	(140.768)
782	Ganhos em entidades filiais e associadas	66.259	355.989	(289.730)
783	Rendimentos de imóveis	6.945	6.921	24
784	Rendimentos de participações de capital	15.093	7.804	7.289
785	Diferenças de câmbio favoráveis	56.399	12.307	44.092
786	Descontos de pronto pagamento obtidos	159	9.338	(9.179)
787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	-	-	-
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	63.630	13.009	50.622
		<u>467.255</u>	<u>804.905</u>	<u>(337.650)</u>

#### 40. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

A 31 de dezembro de 2015 e 2014 os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

Código das contas	Rubricas	2015	2014	VAR
<b>Custos e perdas</b>				
691	Transferências de capital concedidas	1.411.738	1.778.334	(366.596)
692	Dívidas incobráveis	636.177	64.481	571.696
693	Perdas em existências	36.121	34.492	1.629
694	Perdas em imobilizações	134.580	1.737.815	(1.603.235)
695	Multas e penalidades	61.998	5.384	56.614
696	Aumentos de amortizações e provisões	59.719	30.919	28.800
697	Correções relativas a exercícios anteriores	3.581.125	5.547.390	(1.966.265)
698	Outros custos e perdas extraordinárias	98.475	155.245	(56.770)
	<b>Resultados extraordinários</b>	<b>12.485.227</b>	<b>5.222.474</b>	<b>7.262.753</b>
		<b>18.505.160</b>	<b>14.576.534</b>	<b>3.928.626</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>				
791	Restituições de impostos	-	1.167	(1.167)
792	Recuperação de dívidas	41.764	34.298	7.466
793	Ganhos em existências	(3.533)	3.000	(6.533)
794	Ganhos em imobilizações	222.243	11.600	210.643
795	Benefícios de penalidades contratuais	2.475	-	2.475
796	Redução de amortizações e de provisões	3.151.127	2.720.795	430.332
797	Correções relativas a exercícios anteriores	2.530.938	3.118.131	(587.193)
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	12.560.146	8.686.647	3.873.499
799	Interesses minoritários	-	895	(895)
		<b>18.505.160</b>	<b>14.576.534</b>	<b>3.928.626</b>

O valor da rubrica de “dívidas incobráveis” corresponde ao registo na Faculdade de Ciências, no valor de 149.967 euros, que em 2014 não registou nada nesta rubrica e ao registo no IMM no valor de 486.182 euros, que em 2014 apenas tinha registado nesta rubrica 46.533 euros.

O valor da rubrica de correções relativas a exercícios anteriores, nos custos inclui os montantes correspondentes a restituições a entidades financiadoras, sendo os valores mais significativos pertencentes ao IST no montante de 353.498 euros, e à FFC no montante de 589.869 euros; os montantes correspondentes a notas de crédito de receita de anos anteriores e anulação de dívidas

prescritas, no caso do IST este montante ascende a 1.276.596 euros, e inclui também montantes o referentes a despesas de anos anteriores.

O valor da rubrica de redução de amortizações e de provisões resulta essencialmente do valor considerado nesta rubrica nas contas do IST, no montante de 1.136.964 e nas contas da FM no montante de 1.147.761 euros.

Os saldos elevados da rubrica de “Outros proveitos e ganhos extraordinários” derivam essencialmente do reconhecimento faseado dos proveitos provenientes de subsídios ao investimento, na proporção das amortizações dos bens subsidiados.

#### 41. PROVISÕES ACUMULADAS

Em 2015, o movimento ocorrido nas provisões é o que se apresenta:

Código das contas	2015				Saldo Final 31.12.2015
	Saldo Inicial 31.12.2014	Regulariz.	Aumento	Redução	
19 Provisões para aplicações de tesouraria	81.476	(62.618)	-	(18.858)	0
291 Provisões para cobranças duvidosas	13.764.074	285.024	1.715.751	(2.109.336)	13.655.513
292 Provisão para riscos e encargos	3.619.154	18.859	676.885	(1.218.344)	3.096.554
39 Provisão para depreciação de existências	641.912	-	38.110	-	680.022
49 Provisões para investimentos financeiros	22.303	-	-	-	22.303
	<u>18.128.919</u>	<u>241.265</u>	<u>2.430.746</u>	<u>(3.346.538)</u>	<u>17.454.392</u>

A dívida de cobrança duvidosa está desagregada da seguinte forma:

Dívidas de cobrança duvidosa	2015	2014
Dívidas de alunos	9.967.295	9.259.292
Dívidas de clientes e utentes	3.197.143	4.263.464
Dívidas de outros devedores	491.075	241.319
	<u>13.655.513</u>	<u>13.764.074</u>

O saldo final da “Provisão para riscos e encargos” inclui os seguintes valores:

Processos em contencioso	2015	2014
Processos de funcionários (RUL)	722.534	572.656
Reclamação FAMEX (RUL)	178.826	178.826
Diferendo com a Caixa Geral de Aposentações (FMUL)		1.080.407
Eventuais valores a devolver à Fund. Ciência e Tecnologia (FP, IE, FFCUL e RUL)	199.773	186.861
Impugnação regulamento de propinas (RUL)	100.078	10.075
Integração da FUL (RUL)	223.097	244.558
Câmara Municipal de Lisboa (RUL)	113.172	
Contrato empreitada - Teixeira Duarte (FFUL)	555.874	555.874
Outros - EUL	362.968	345.309
Acções judiciais FL	211.964	211.964
Provisões para impostos do IST	100.000	100.000
Acções judiciais FMD	236.089	
Acções judiciais FA	92.179	132.624
	<u>3.096.554</u>	<u>3.619.154</u>

Destacam-se as provisões:

- O empreiteiro Teixeira Duarte intentou uma ação em que pede a condenação da Faculdade de Farmácia (FFUL) na quantia de 555.874 euros. Este pedido emerge de um contrato de empreitada de obras públicas. De acordo com informação dos advogados da Faculdade de Farmácia, este processo aguarda marcação de julgamento;

## VII. INFORMAÇÕES DIVERSAS

### 45. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### 45.a) Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica do “Estado e outros entes públicos” tinha a seguinte composição:

	2015	2014	VAR
<b>Saldos devedores</b>			
Imposto sobre o rendimento	51.589	-	51.589
Retenções de impostos sobre rendimentos	15.242	-	15.242
Imposto sobre o valor acrescentado	250.820	-	250.820
Outros impostos	43.076	9.559	33.517
	<u>360.727</u>	<u>9.559</u>	<u>351.168</u>
<b>Saldos credores</b>			
Imposto sobre o rendimento	201.925	30.571	171.354
Retenções de impostos sobre rendimentos	1.744.358	1.687.818	56.540
Imposto sobre o valor acrescentado	1.080.804	687.916	392.888
Contribuições para a Segurança social/ CGA	1.112.117	458.009	654.108
Outros impostos	3.628	4.788	(1.160)
	<u>4.142.832</u>	<u>2.869.102</u>	<u>1.273.730</u>

#### 45.b) Acréscimos e diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos destas rubricas tinham a seguinte desagregação:

	2015	2014	VAR
<b>Acréscimos de proveitos:</b>			
Juros a receber	7.525	27.418	(19.893)
Prestação de serviços	504.450	7.839	496.611
Bolsas FCT	-	535.685	(535.685)
Projetos de investigação	6.690.582	813.202	5.877.380
Outros acréscimos de proveitos	4.661.827	11.248.332	(6.586.505)
	<u>11.864.384</u>	<u>12.632.476</u>	<u>(768.092)</u>
<b>Custos diferidos:</b>			
Seguros pagos antecipadamente	90.472	65.630	24.842
Outros custos diferidos	828.689	1.127.739	(299.050)
	<u>919.161</u>	<u>1.193.369</u>	<u>(274.208)</u>
<hr/>			
	2014	2014	VAR
<b>Acréscimos de custos:</b>			
Remunerações a liquidar	31.199.010	30.157.192	1.041.818
Outros acréscimos de custos	3.767.202	3.742.223	24.979
	<u>34.966.212</u>	<u>33.899.416</u>	<u>1.066.796</u>
<b>Proveitos diferidos:</b>			
Prestação de serviços	4.002.068	6.778.269	(2.776.201)
Subsídios para investimentos	126.267.584	118.222.283	8.045.301
Propinas	21.828.855	15.953.570	5.875.285
Projetos de investigação	34.747.347	23.844.216	10.903.131
Outros proveitos diferidos	20.535.616	26.371.084	(5.835.468)
	<u>207.381.470</u>	<u>191.169.423</u>	<u>16.212.047</u>

#### 45.c) Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Em 2015, o “Custo das mercadorias vendidas”, dos produtos e acabados e intermédios e das matérias consumidas” foi determinado como se segue:

Rubricas	2015		
	Mercadorias	Produtos acabados e intermédios	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	862.364	10.935	524.474
Compras	97.069	6.520	1.475.709
Regularização de existências	57.495	-	(2.315)
Existências finais	869.318	14.901	511.389
Custos no exercício	147.610	2.555	1.486.478

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo correspondem sobretudo a artigos de economato das várias unidades orgânicas.

#### 45.d) Variação nas rubricas do fundo patrimonial

Durante o exercício de 2015, o movimento ocorrido nas rubricas de “Fundos próprios” foi o seguinte:

	2015						
	Saldo inicial 31.12.2014	Regulariz.	Aplicação de resultados	RL 2015	Aumentos	Reduções	Saldo final 31.12.2015
Património	902.179.078	(1.149.744)	-	-	27.378.953	-	928.408.286
Diferenças de consolidação	243.696	(243.696)	-	-	-	-	-
Interesses minoritários	100.661	(100.661)	-	-	-	-	-
Ajustamentos de partes de capital	16.350.383	-	-	-	19.655	(580.291)	15.789.746
Reservas legais	11.427	811	-	-	-	-	12.239
Reservas livres	1.888.420	-	-	-	-	-	1.888.420
Subsídios	23.710.344	68.483	-	-	1.030.634	(1.163.907)	23.645.554
Doações	8.836.470	(1.101)	-	-	3.343.894	(38.675)	12.140.589
Reservas decorrentes da transferência de ativos	22.023.369	-	-	-	1.622.929	(4.545.938)	19.100.360
Resultados Transitados	(16.279.307)	(11.872)	(994.411)	-	-	-	(17.285.591)
Resultado líquido do exercício	(994.411)	-	994.411	2.333.381	-	-	2.333.381
Totais	958.070.129	(1.437.779)	-	2.333.381	33.396.065	(6.328.811)	986.032.984

Os valores de regularização nas rubricas de “Fundos Próprios” referem-se a valores das entidades que em 2015 não entraram nas contas consolidadas por não apresentarem demonstrações financeiras atempadamente.

O aumento verificado na conta de património respeita à integração nas contas da ULisboa dos seguintes itens:

	<b>Aumentos</b>
Reclassificação do Palácio Centeno para a conta 51	3.049.200,00
Reclassificação do Terreno do Palácio Centeno	1.425.600,00
Reconhecimento da Praça Cerimonial do Pavilhão de Portugal	4.354.771,31
Reconhecimento do Edifício da Zoologia	473.636,62
Reconhecimento do Pavilhão de Portugal	11.365.986,75
Reconhecimento do Terreno da Expo	1.033.509,24
Reconhecimento do Terreno da Praça	1.469.965,00
Reconhecimento do Terreno do Edifício da Zoologia	164.030,00
Reconhecimento do Terreno do Pavilhão de Portugal	3.836.620,00
Balancete do Ex-IICT a integrar na ULisboa	205.633,89
	<b><u>27.378.952,81</u></b>

A diminuição verificada na rubrica “diferenças de consolidação” corresponde ao registo de regularizações efetuadas em 2015.

A anulação verificada na rubrica “interesses minoritários” resulta da integração do ICAT na Faculdade de Ciências.

O aumento de 19.476 euros verificado na rubrica “Ajustamentos de partes de capital” respeita a títulos detidos pelo ex-IICT no IBET – Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica.

As diminuições ocorridas na mesma rubrica no valor de 25.916 euros referem-se a ajustamentos efetuados no capital próprio das participadas Taguspark e INESC, da RUL e refere-se ainda ao valor de 554.374 euros que resultou do impacto da aplicação do MEP às entidades participadas do IST.

O aumento na rubrica “Subsídios” respeita essencialmente a um aumento verificado no IMM no valor de 991.890 euros.

A diminuição verificada na rubrica “Subsídios” respeita essencialmente a uma diminuição verificada no IMM no valor de 1.151.961 euros, o restante montante diz respeito à ADEIM e FARM-ID

O aumento verificado na rubrica “Doações” respeita essencialmente um aumento verificado no IST de 2.926.371 euros correspondente à doação da residência de alunos do Tagus Park, o restante diz respeito ao ISA, ISCSP e RUL.

Os movimentos verificados na rubrica “Reservas decorrentes de transferência de ativos” estão discriminados no seguinte quadro:

Entidade	Aumento	Diminuição	Descrição
FF	9.837		Cedência da RUL pela empreitada de reparação e de beneficiação da cobertura do corpo NH do pavilhão
FL	14.507		Cedência dos bens afetos à atividade do Instituto confucio
FMD	308.889		Autos de cedência da RUL referentes a empreitadas de : Instalação do Sistema de proteses dentárias; Biblioteca; Adaptação da Biblioteca a laboratório e remodelação e adaptação da consulta externa
FP	406.674		Autos de cedência
IE	405.308		Autos de cedência
IGOT	15.710		Auto de cedência
RUL	462.004	4.545.938	Reclassificações e autos de cedência
<b>Total</b>	<b>1.622.929</b>	<b>4.545.938</b>	

O resultado líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no valor negativo de 994.411 euros, foi transferido para a rubrica de “Resultados transitados”.

Em 2015, o resultado líquido consolidado é positivo em 2.333.381 euros.

46. AJUSTAMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

**Ajustamentos de consolidação Ulisboa 2015**

**E1 - registo do proveito relativo aos custos transversais - não reconhecido nas UOs**

	Descritivo	Debito	Credito	Saldo
2641	Outros devedores	716.368,70		716.368,70
59	Resultados Transitados		716.368,70	-716.368,70
		<u>716.368,70</u>	<u>716.368,70</u>	<u>0,00</u>

**Impacto dos Ajust consolidação no RL 2015 0,00**

**E2 - registo das faturas dos 5% do valor das propinas não registado nas UOs**

	Descritivo	Debito	Credito	Saldo
2645	Outros credores		308.584,05	-308.584,05
59	Resultados Transitados	308.584,05		308.584,05
		<u>308.584,05</u>	<u>308.584,05</u>	<u>0,00</u>

**E3 - anulação da divida - IGOT**

	Descritivo	Debito	Credito	Saldo
2645	Outros credores	224,00		224,00
59	Resultados Transitados		224,00	224,00
		<u>224,00</u>	<u>224,00</u>	<u>448,00</u>

#### E4 - registo da divida FMD

	Descritivo	Debito	Credito	Saldo
2645	Outros credores		3.135,40	0,00
59	Resultados Transitados	3.135,40		0,00
		<u>3.135,40</u>	<u>3.135,40</u>	<u>0,00</u>

#### E5 - Anulação de Abate - IGOT

	Descritivo	Debito	Credito	Saldo
4229	Edifícios e outras construções	1.061.213,27		1.061.213,27
48229	Edifícios e outras construções		392.845,31	-392.845,31
6945	Abates	668.367,96	668.367,96	0,00
577			331.018,65	-331.018,65
59			17.004,36	-17.004,36
7983			320.344,95	-320.344,95
		<u>1.729.581,23</u>	<u>1.729.581,23</u>	<u>0,00</u>

**Impacto dos Ajust consolidação no RL      2015      320.344,95**

#### E6 - Reclassificação de contas - Reservas decorrente transf. ativos classificada como abate

	Descritivo	Debito	Credito	Saldo
6945	Abates		1.303.962,61	-1.303.962,61
577	Reservas decorrente transf. ativos	1.303.962,61		1.303.962,61
		<u>1.303.962,61</u>	<u>1.303.962,61</u>	<u>0,00</u>

**Impacto dos Ajust consolidação no RL      2015      1.303.962,61**

